

## Apresentação

“Repensando a infância”, dossiê que abre este número, propõe uma leitura sobre as diferenciações que marcam a produção dessa categoria no Brasil contemporâneo, incluindo uma dimensão transnacional. Cláudia Fonseca traz à cena a especificidade das representações culturais dos *gatekeepers* da adoção, em particular do legislador brasileiro, e dos pais adotivos europeus e norte-americanos que influenciam, direta ou indiretamente, o destino das crianças de bairros populares de Porto Alegre. Em outro contexto, Mônica Tarducci faz uma reflexão sobre as adoções de crianças que vivem na província de Misiones (Argentina) por estrangeiros, de um lado, problematizando o tom de denúncia de “tráfico”, às vezes sensacionalista, veiculado pela mídia, de outro, as pautas de organismos internacionais na luta contra o tráfico de crianças e de mulheres. A temática é também contemplada por Joice Mello Vieira, que analisa como a adoção é retratada em alguns livros infantis, problematizando algumas histórias que revestem a adoção de uma atmosfera idealizada de afetividade, aceitação e ausência de conflitos.

A discussão sobre construção social das diferenças é iniciada por Graciela Serroni Perosa, que reflete sobre as influências do sistema de ensino na produção de disposições corporais e habilidades sociais específicas que “naturaliza” determinadas competências, habilidades e sensibilidades para meninos e meninas. Nos “jogos de gênero” que se fazem no recreio de uma escola pública paulista, Tânia Mara Cruz e Marília Pinto de Carvalho analisam diferentes formas de interação entre meninas e meninos, articulando o conceito de conflito a significados simultaneamente lúdicos e de agressividade.

As brincadeiras são retomadas por Jucélia Ribeiro, que discute a socialização infantil em relação à construção da

sexualidade e à identidade de gênero em uma comunidade praieira na Bahia, de maioria negra e pobre, em diálogo estreito com o artigo de Érika Renata de Souza, que analisa como as diferenças de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais, acionadas no marco das hierarquias de poder e da heteronormatividade, incidem sobre as crianças. Jane Felipe problematiza alguns aspectos do debate contemporâneo em torno das “novas” modalidades de experimentação dos desejos erótico-sexuais, em especial a pedofilia/o pedófilo, mostrando que, apesar das tentativas de normatizar determinados comportamentos em torno da sexualidade, estes escapam dos sentidos que lhes são atribuídos.

A questão da violência é abordada a partir de dois aspectos distintos: sexualidade e trabalho. Tatiana Landini analisa matérias publicadas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes – incesto, crimes violentos cometidos por estranhos, crimes contra a honra, lenocínio e prostituição, pornografia infantil e pedofilia. Elisiane Sartori reflete sobre o processo de conscientização e mobilização em torno do tema trabalho da criança, as lutas sociais no combate à sua eliminação, descrevendo a atuação dos atores sociais que fizeram parte da discussão e da criação de projetos e de programas de erradicação do trabalho infantil, discutindo a consolidação dos movimentos sociais em defesa das crianças e dos adolescentes.

Ana Lúcia Goulart de Faria e Luzinete Simões Minella fazem um estado da arte dos estudos sobre infância. A primeira enfatiza as relações de poder entre meninas e meninos na primeira infância. A segunda apresenta um mapeamento das contribuições sobre infância produzidas no âmbito da História Social e da Sociologia Histórica no Brasil, problematizando os conceitos de infância e criança.

Os temas diferenças, diversidade, diferenciação, tratados no texto de Avtar Brah, aparecem problematizados em todos os artigos que compõem este número. A leitura crítica da autora de versões essencialistas do conceito de diferença, centrada no

debate internacional sobre racismo e racialização, possibilita alimentar discussões bastante atuais no Brasil contemporâneo.

Céli Pinto analisa o dilema entre as posturas defensoras do universalismo e das diferenças, tendo como pressuposto que ambas podem resultar no reforço de essencialismos excludentes em cenários sociais de desigualdade. As lutas no aspecto jurídico são resgatadas por Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, apontando para as mudanças de paradigma do Direito do Trabalho que, antes, destinava-se a proteger o lugar da mulher no lar e agora garante a possibilidade efetiva de trabalhar.

As resenhas de Heloisa Pontes, Luciana Gandelman e Elciene Azevedo & Mariana Françaço divulgam, de maneira crítica, livros cujas personagens principais são mulheres que viveram em tempos e lugares distintos. A temática da adoção, que inicia este número dos *cadernos pagu*, é retomada no documento comentado por Alessandra Zorzetto Moreno.

Comitê Editorial